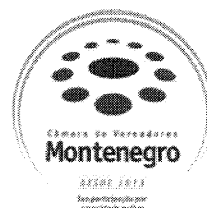


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"

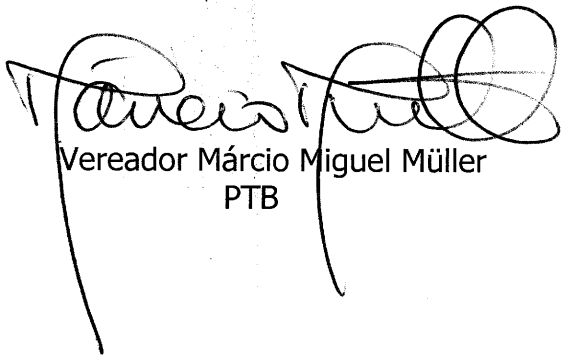


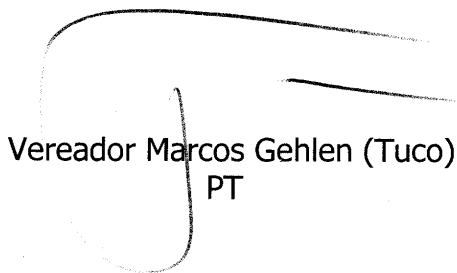
REQUERIMENTO N.º 032/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Considerando a repercussão negativa junto aos moradores da Rua Imigrantes e da Vila Esperança – Bairro Senai – ocasionada pela entrega de carnês de cobrança de IPTU nessas áreas que carecem de regularização fundiária e que até esse momento jamais haviam sofrido cobrança do referido imposto, conforme detalhado na página 7 do Jornal Ibiá de hoje (anexo), **requeremos seja agendada reunião**, nesta casa legislativa, com o Secretário Municipal da Fazenda, o Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal, o Presidente da Associação Comunitária da Vila Esperança, o Presidente da Associação Comunitária Trilhos, o Sr. Julio Cesar Krug e o Sr. Gumerindo dos Santos Ramos, a fim de se obter os necessários esclarecimentos. (Segue anexa relação de convidados)

Sala de Sessões, 01 de Abril de 2015.


Vereador Márcio Miguel Müller
PTB


Vereador Marcos Gehlen (Tuco)
PT

Proposição elaborada e redigida pelo Gabinete do Vereador Márcio Miguel Müller

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"

Prefeitura cobra IPTU em área irregular

Carnês não vieram no nome dos proprietários das casas que ficam sobre as ruas feitas na linha férrea

■ Bruno Zietlow
redacao7@jornalibia.com.br

Os moradores de ruas como a Imigrantes e outras da Vila Esperança, abertas sobre a antiga linha férrea, tomaram um susto no começo desta semana: eles receberam, pela primeira vez desde que as vias foram feitas, algumas há mais de 40 anos, um carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano, o famoso IPTU. O que mais intriga os moradores é que a cobrança não está sendo feita no nome deles. Ela vem com duas identificações diferentes: uma da Rede Ferroviária Federal SA, estatal que foi extinta e cujas áreas foram repassadas para a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), e outra em nome do Município de Montenegro.

Este fato está gerando revolta nas comunidades que moram ao longo dos trilhos, pois desde o governo de Madalena Bühler, no fim dos anos 90, segundo os moradores, há um movimento tentando regularizar a área e entregar a escritura das

terras para os que lá moram. Em 2009, a Administração Municipal conseguiu uma vitória junto ao Governo Federal, obtendo um contrato de cessão de uso gratuito, que efetivou a transferência da área para o município, juntamente com a disposição de R\$ 4 milhões para a regularização das terras. Mesmo assim, desde lá, nada foi feito para que os moradores ganhassem a escritura, e a área continua sendo de invasão.

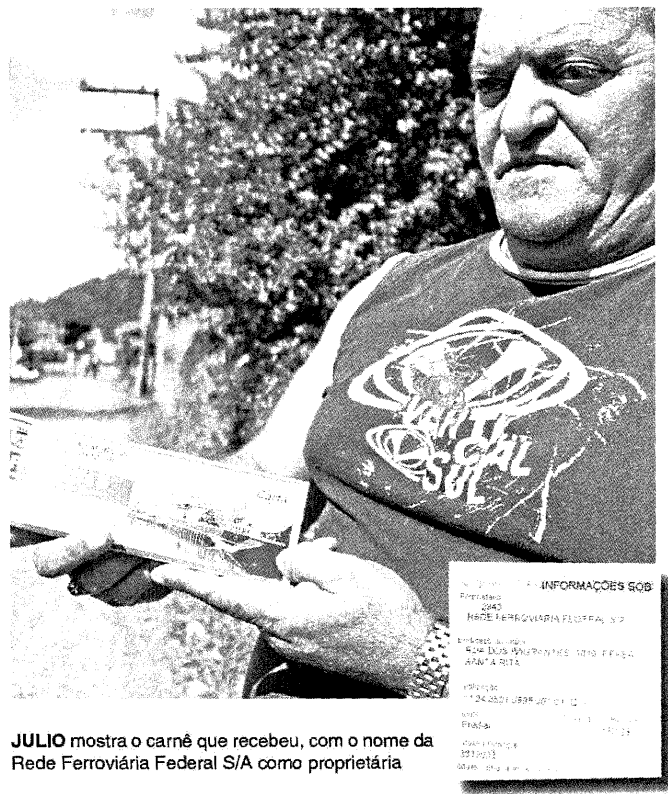
De acordo com o Código Tributário Nacional, é possível cobrar IPTU sobre posse, ou seja, mesmo que não haja escritura. Porém o que ocorre naquele local é que os donos das casas não foram identificados nos carnês e exigem que seu nome conste no documento para que façam o pagamento.

De acordo com o funcionário público aposentado Julio Cesar Krug, 58 anos, a Prefeitura não chamou ninguém da comunidade para discutir a situação da área, simplesmente enviou o carnê. "Aqui na vila ninguém vai pagar", destaca Krug. Ele considera estranho o fato de

cobramos por algo que não está no nome das pessoas, já que dívidas normalmente vêm com a identificação do dono da terra. Julio mora há 30 anos no mesmo local e nunca havia recebido carnê de IPTU ali. "Me sinto indignado com isto, pois não tem o nome da gente nele. Se tiver tudo legalizado e o Paulo fizer tudo que prometeu na campanha, a gente paga sem problema", diz o aposentado.

Julio também salienta que a canalização de água e esgoto da rua quem pagou foram os moradores, bem como a fiação para energia elétrica. "A Prefeitura nunca fez nada aqui na rua", reclama. "Não tá no nosso nome porque está irregular e eles sabem disso", finaliza Julio.

Para Sebastião Lemes Camargo, 76 anos, a cobrança é a coisa mais errada que existe. "Se viesse no nome da gente, eu ia verificar primeiro se tá tudo certo, mas pagaria sem problema", destaca o aposentado. "É uma vergonha isso", conclui.



JULIO mostra o carnê que recebeu, com o nome da Rede Ferroviária Federal S/A como proprietária

Gauchinho: cobrança é politicagem

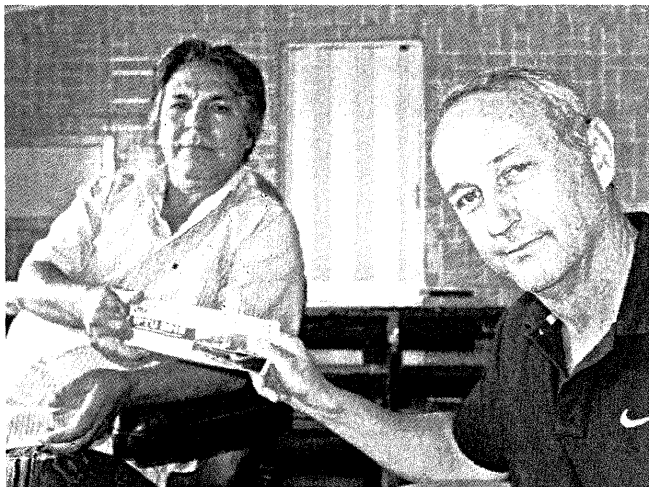
Um pouco mais adiante na Rua dos Imigrantes, reside uma figura muito conhecida da população local: Gumerindo dos Santos Ramos, o popular Gauchinho, de 55 anos. Ele também foi alvo das cobranças de IPTU que vieram no nome da RFFSA. "Moro há 40 anos aqui e nunca veio carnê nenhum", diz.

O morador esteve na Prefeitura nesta segunda-feira, logo após receber o carnê, pedindo explicações para o prefeito Paulo Azeredo,

porém nada foi dito a ele. "Achamos estranho, pois eles escolheram somente algumas casas para cobrar, e achamos que nos escolheram porque fizemos campanha contra eles", destaca. "Eles tinham que avisar a gente antes de que tínhamos que pagar. Não temos escritura, não tem o nome da gente nos carnês, só tem o nome da Rede Ferroviária", complementa Gauchinho.

O que mais chama atenção no caso dele é que a cobrança está sendo feita

somente nos prédios que estão na área dos trilhos, que seriam 15 metros em cada lado da antiga linha férrea. Em sua residência, que não fica dentro destes limites, a cobrança não chegou. "Outra coisa é que avaliaram o meu prédio, que tem cercamento e terraplanagem, em R\$ 33 mil, enquanto que uma casa simples aqui na frente foi avaliada em R\$ 80 mil", questiona. O valor dos carnês é quase o mesmo em todas as residências, girando em torno dos R\$ 300,00.



GAUCHINHO e Márcio Müller questionam a prefeitura quanto à cobrança

Vereadores querem explicações

O presidente da Câmara Municipal, vereador Márcio Miguel Müller (PTB), disse que pedirá explicações ao Poder Executivo sobre a cobrança, que julga incorreta. Para ele, primeiro é preciso que haja a regularização fundiária, com adequações urbanísticas, para, somente

depois, fazer a cobrança. "Primeiro, é preciso dar condições de vida melhores aos moradores, para depois cobrar deles", destaca Márcio. O edil também salienta que pedirá para que a assessoria jurídica da Câmara avalie a cobrança e, se preciso for, irá adonar o Judiciário para

impedir a cobrança.

O vereador Marcos Gehlen (PT) também está investigando. Junto com o presidente, irá solicitar reunião com a Secretária da Fazenda e com a Chefia de Gabinete da prefeitura, para que expliquem o que está ocorrendo e por que a cobrança ocorreu.

Na Esperança, problema semelhante

Em diversas ruas da Vila Esperança, que também são áreas de invasão, os carnês do IPTU igualmente começaram a chegar. Porém, lá, o proprietário das casas constante no carnê é o Município de Montenegro.

Para a dona de casa Enilda de Fátima Ferreira, 58 anos, que mora na Rua Gravatai há mais de 30 anos, a cobrança é novidade. "Não me nego a pagar, no momento em que a escritura da

casa for minha", diz Enilda. Já Anália da Silva, aposentada de 74 anos, levou um susto com a chegada do documento. "Me assustei quando vi, fiquei apavorada", disse a idosa. Tanto no carnê dela quanto no de Enilda, o nome do proprietário é o mesmo.

O que mais chama atenção no documento de cobrança que chegou na casa dos moradores é que os proprietários estariam em dívida desde 2014, ano em que

sequer foi entregue carnê.

Diante das queixas, a reportagem do Jornal Ibiá procurou a Administração Municipal. Em uma resposta evasiva e com pouca informação, a Secretária da Fazenda, comandada por Julio Hoffmeister, informou apenas que vai resolver a situação. "Estamos ultimando as ações a serem tomadas. Iremos divulgar com a máxima urgência, aos meios de comunicação", informa